



# PARLAMENTO DOS JOVENS

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO



# O QUE É?

O programa Parlamento dos Jovens é uma iniciativa da Assembleia da República (AR) dirigida aos jovens do 2.º e do 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR.

# OBJETIVOS

O Parlamento dos Jovens tem como objetivos:

- a) Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política;
- b) Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político;
- c) Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República (AR), enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;
- d) Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

# FASES

O programa desenvolve-se em várias fases ao longo do ano letivo:

- 1.ª fase – na escola;
- 2ª fase - no distrito;
- 3ªfase - na Assembleia da República.

# NA ESCOLA

Com as seguintes etapas:

- Debate do tema proposto anualmente: Pode ser realizado apenas internamente ou com convidados (entidades locais, especialistas, etc).
- A Escola pode também organizar, para além destes, um debate especial, convidando um Deputado da Assembleia da República, desde que este tenha lugar à segunda-feira e o convite seja dirigido à Equipa de Coordenação da AR nos prazos definidos no calendário;

# NA ESCOLA( CONT.)

- Processo eleitoral, onde se inclui a formação de listas candidatas à eleição de deputados;
- Eleição dos deputados à Sessão Escolar para aprovação de um Projeto de Recomendação da Escola e eleição dos respetivos representantes às Sessões a nível distrital ou regional.

# NO DISTRITO

Realização de Sessões Distritais, onde se reúnem os deputados que representam as Escolas de cada distrito, para aprovar as Recomendações a submeter à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens e eleger os deputados que os vão representar nesta Sessão.

# NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Realização de uma Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens onde se reúnem os deputados jovens, a nível nacional, representando os eleitos em cada distrito ou Região Autónoma, na qual se aprova, após debate em Comissões e Plenário, a Recomendação final sobre o tema.



# SESSÃO ESCOLAR

1.O número máximo de deputados à Sessão Escolar é de 31 (trinta e um).

2. A Sessão Escolar pode funcionar com um número menor de deputados, nunca inferior a 10 (dez), em situações excepcionais, sempre que:

- a) O somatório de candidatos efetivos de todas as listas concorrentes seja inferior a 30 (trinta) (ver artigo 12.º);
- b) A Comissão Eleitoral Escolar assim o decida.

# COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL ESCOLAR

Compete ao(s) professor(es) responsável(eis) definir a composição da Comissão Eleitoral Escolar que deve incluir, no mínimo, 1 (um) aluno.

# COMPETÊNCIA DA COMISSÃO ELEITORAL ESCOLAR

1. À Comissão Eleitoral Escolar compete supervisionar todo o processo eleitoral.
2. Compete-lhe designadamente:
  - a) Obter, junto da secretaria da Escola, os cadernos eleitorais;
  - b) Receber, admitir, identificar e publicitar as listas candidatas;
  - c) Nomear a Mesa de voto;
  - d) Fiscalizar a campanha eleitoral;
  - e) Incentivar a constituição de várias listas;
  - f) Marcar as datas das eleições e da Sessão Escolar tendo em conta a data limite estabelecida no calendário do programa.
3. A Comissão Eleitoral Escolar é soberana. Das suas decisões não há recurso.

# APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS EM LISTAS

1. As listas propostas à eleição devem conter indicação de candidatos efetivos em número de 10 (dez). Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respectiva lista.
2. A apresentação consiste na entrega da lista contendo nome, ano e turma dos candidatos, devendo cada lista apresentar as suas medidas (no máximo 3) que correspondem à tomada de posição em relação ao tema indicado para o ano letivo.
3. Cada medida deve ser acompanhada de um argumento que a fundamente.
4. As listas devem apresentar a respectiva candidatura dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão Eleitoral Escolar.

# PUBLICAÇÃO DAS LISTAS

Terminado o prazo para apresentação de listas, a Comissão Eleitoral Escolar manda afixar cópias das listas admitidas, identificadas pela letra respectiva, justificando a eventual rejeição de alguma que não tenha cumprido os requisitos enunciados no artigo anterior.

# CRITÉRIO DE ELEIÇÃO

1. A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional, o método de Hondt.
2. O número de mandatos à Sessão Escolar depende do número de listas candidatas, distribuindo-se do seguinte modo:
  - Lista única – elege 10 deputados
  - 2 Listas – elegem 15 deputados
  - 3 Listas – elegem 23 deputados
  - 4 ou mais Listas – elegem 31 deputados.

# CRITÉRIO DE ELEIÇÃO

3. Em caso de apresentação de listas com o mesmo número de candidatos, a atribuição do último mandato segue, pela ordem indicada, os seguintes critérios:

- a) Repete-se a votação;
- b) O último mandato é atribuído à lista cujos candidatos apresentem a média de idades mais baixa;
- c) O último mandato é atribuído à lista que apresentar o maior número de medidas, sendo o máximo 3.

# ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

## Campanha eleitoral

1. O período da campanha eleitoral inicia-se no dia estabelecido pela Comissão Eleitoral Escolar e finda 24 horas antes do dia designado para as eleições.
2. Entende-se por propaganda eleitoral toda a atividade que vise direta ou indiretamente promover candidaturas, seja dos candidatos, das listas, ou dos seus apoiantes.
3. A Comissão Eleitoral Escolar pode definir regras específicas sobre o modo como se vai desenvolver a campanha eleitoral, nomeadamente materiais utilizáveis, locais de afixação, etc.
4. Os candidatos e as respetivas listas têm direito a igual tratamento a fim de efetuarem, livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral.



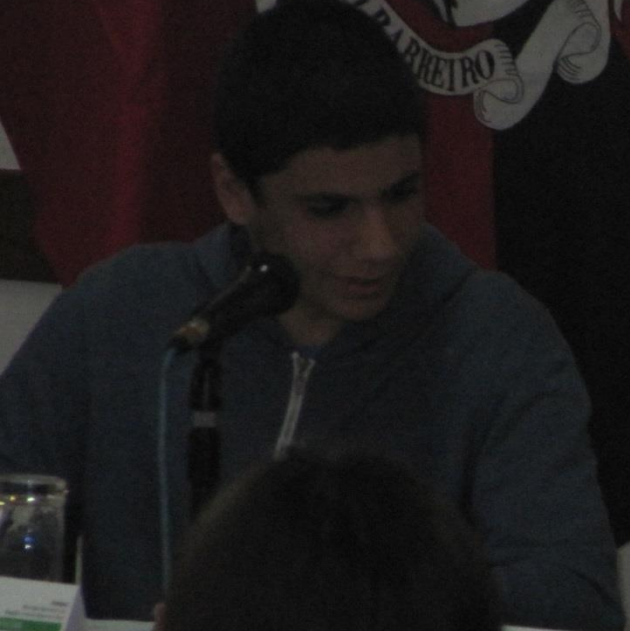
# ASSEMBLEIA DE VOTO

A cada Escola corresponde 1 (uma) Assembleia de Voto. A Assembleia de Voto é obrigatória mesmo que exista apenas uma única lista.

# MESA DA ASSEMBLEIA DE VOTO

1. A Assembleia de Voto é constituída por 1 (uma) Mesa, à qual compete promover e dirigir as operações eleitorais.
2. A Mesa é designada pela Comissão Eleitoral Escolar, podendo o apuramento dos resultados da eleição ser acompanhado por um delegado de cada lista candidata às eleições.

- 
- No ano passado foi assim.....



Parlamento  
Município de Parreíro  
M.ª ANIELA NOGUEIRA  
Presidente da Mesa

Parlamento  
Município de Parreíro  
M.ª MANUEL SILVA  
Secretária



















STFK-1



Zona rezervată priorităţii pentru  
transportul de călători cu nevoi  
speciale de acces:  
biciclete sau altele asemenea







João Din  
Presidente

João  
Mário  
Vieira





















E foi uma alegria....

Eleitos para o nacional nas  
duas categorias

Básico e Secundário

































Foi uma experiencia inesquecível....